

PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edital Nº 01/2017

ASSISTENTE SOCIAL

Código: 321

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTES INSTRUÇÕES

- 1. Este caderno contém as questões da Prova Objetiva.
- Use o rascunho da Folha de Respostas reproduzido ao final deste caderno apenas para marcar o Gabarito.
- 3. Ao receber a Folha de Respostas da Prova Objetiva:
 - Confira seu nome, número de inscrição e o cargo.
 - · Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
- 4. ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria, a seguinte frase:

"Quem quiser ter saúde no corpo, procure tê-la na alma." Francisco Quevedo

ATENÇÃO:

FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

5. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:

01 A B C D • use apenas caneta esferográfica azul ou preta;

• preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;

assinale somente **uma** alternativa em cada questão.

Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuras.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: Período de Sigilo – Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas. O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) ou em quaisquer outros meios, que não os permitidos neste Edital e especificados na capa da prova. Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, pagers, beep, agenda eletrônica, calculadora, walkman, notebook, palmtop, gravador, transmissor / receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste processo seletivo vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios, óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez.

O caderno de questões e o gabarito da Prova Objetiva serão divulgados no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br> no dia 04 de dezembro de 2017.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 3 (TRÊS) HORAS



ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **35 (trinta e cinco) questões de múltipla escolha**, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas de respostas, assim distribuídas: 10 (dez) questões de **Língua Portuguesa**, 10 (dez) questões de **SUAS** e 15 (quinze) questões de **Conhecimentos Específicos**, todas perfeitamente legíveis.

Havendo algum problema, informe **imediatamente** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I a seguir para responder às questões de **1** a **10**.

TEXTO I

O estupro

Estupradores despertam em mim ímpetos de violência, a custo contidos.

Tive o desprazer de entrar em contato com muitos deles nos presídios. No antigo Carandiru, cumpriam pena isolados nas celas do último andar do Pavilhão Cinco, única maneira de mantê-los a salvo do furor assassino da massa carcerária.

Ao menor descuido da segurança interna, entretanto, eram trucidados com requintes de crueldade. As imagens dos corpos mutilados trazidos à enfermaria para o atestado de óbito até hoje me perseguem.

Para livrá-los da sanha dos companheiros de prisão, a Secretaria da Administração Penitenciária foi obrigada a confiná-los num único presídio, no interior do estado. Nas áreas das cidades em que a justiça caiu nas mãos dos tribunais do crime organizado, o estuprador em liberdade não goza da mesma benevolência.

Assinada pela jornalista Claudia Collucci, com a análise de Fernanda Mena, a Folha publicou uma matéria sobre o aumento do número de estupros coletivos no país.

Os números são assustadores: dos 22.804 casos de estupros que chegaram aos hospitais no ano passado, 3.526 foram coletivos, a forma mais vil de violência de gênero que uma mente perversa pode conceber. Segundo o Ipea, 64% das vítimas eram crianças e adolescentes.

O estupro coletivo é a expressão mais odiosa do desprezo pela condição feminina. É um modo de demonstrar o poder do macho brutal que exibe sua bestialidade, ao subjugar pela violência. Não é por outra razão que esses crimes são filmados e jogados na internet.

Oficialmente, no Brasil, ocorrem 50 mil registros de estupros por ano, dado que o lpea estima corresponder a apenas 10% do número real, já que pelo menos 450 mil meninas e mulheres violentadas não dão queixa à polícia, por razões que todos conhecemos.

Em 11 anos atendendo na Penitenciária Feminina da Capital, perdi a conta das histórias que ouvi de mulheres estupradas. Difícil eleger a mais revoltante.

Se você, leitora, imagina que as vítimas são atacadas na calada da noite em becos escuros e ruas desertas, está equivocada. Há estimativas de que até 80% desses crimes sejam cometidos no recesso do lar. Os autores não são psicopatas que fugiram do hospício, mas homens comuns, vizinhos ou amigos que abusam da confiança da família, padrastos, tios, avós e até o próprio pai.

A vítima típica é a criança indefesa, insegura emocionalmente, que chega a ser ameaçada de morte caso denuncie o algoz. O predador tira partido da ingenuidade infantil, das falsas demonstrações de carinho que confundem a menina carente, do medo, da impunidade e do acobertamento silencioso das pessoas ao redor. Embora esse tipo de crime aconteça em todas as classes sociais, é na periferia das cidades que adquire caráter epidêmico, sem que a sociedade se digne a reconhecer-lhe existência.

A fama do convívio liberal do homem brasileiro com as mulheres é indevida. A liberdade de andarem com biquínis mínimos nas praias ou seminuas nos desfiles de Carnaval fortalece esse mito. A realidade é outra, no entanto: somos um povo machista que trata as mulheres como seres inferiores. Consideramos que o homem tem o direito de dominá-las, ditar-lhes obrigações, comportamentos e regras sociais e puni-las, quando ousarem decidir por conta própria.

Há demonstração mais contundente da cultura do estupro em nosso país do que os números divulgados pelo Ipea: 24% dos homens acham que "merecem ser atacadas as mulheres que mostram o corpo". Ou, na pesquisa do Datafolha: 42% dos homens consideram que "mulheres que se dão ao respeito não são atacadas".

Não se trata de simples insensibilidade diante do sofrimento alheio, mas um deboche descarado desses boçais para ridicularizar as tragédias vividas por milhares de crianças, adolescentes e mulheres adultas violentadas todos os dias, pelos quatro cantos do país.

O impacto do estupro sofrido em casa ou fora dela tem consequências físicas e psicológicas terríveis e duradouras. O estuprador pratica um crime hediondo que não merece condescendência e exige punição exemplar. Uma sociedade que cala diante de tamanha violência é negligente e covarde.

VARELLA, Drauzio. O estupro. *Drauzio Varella*. 4 set. 2017.

Disponível em: https://goo.gl/QmDE86>.

Acesso em: 12 set. 2017 (Adaptação).

QUESTÃO 1

Analise as afirmativas a seguir.

- Um dos motivos apontados como causa dos estupros é o excesso de confiança.
- Para a maioria dos entrevistados, a mulher é atacada por mostrar excessivamente o corpo.
- Os estupros mencionados nas pesquisas se referem apenas aos cometidos contra as mulheres.

De acordo com o texto, estão **incorretas** as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 2

São características citadas pelo autor sobre a maioria dos estupros, **EXCETO**:

- A) Proximidade entre o agressor e a vítima.
- B) Presença em todas as classes sociais.
- C) Cometidos em locais que fazem parte do cotidiano da vítima.
- D) Constante reincidência da agressão.

Analise as afirmativas a seguir.

- O convívio liberal entre homens e mulheres não condiz com os fatos apresentados nas pesquisas.
- Crianças e mulheres, maiores vítimas dos casos de estupro, são abusadas, em sua maioria, por familiares.
- III. Ter a liberdade de andar com pequenos biquínis ou seminuas no Carnaval faz com que as mulheres tenham uma falsa ideia de segurança no convívio com os homens.

Estão de acordo com a opinião do autor as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I. II e III.

QUESTÃO 4

São fatores que beneficiam o comportamento do estuprador, **EXCETO**:

- A) A conivência das pessoas próximas.
- B) O medo das vítimas e das pessoas próximas.
- C) A improbabilidade da punição.
- D) A divulgação dos vídeos de estupro.

QUESTÃO 5

Releia o trecho a seguir.

"Para livrá-los da **sanha** dos companheiros de prisão, a Secretaria da Administração Penitenciária foi obrigada a confiná-los num único presídio, no interior do estado."

São sinônimos da palavra destacada, **EXCETO**:

- A) Sangria.
- B) Fúria.
- C) Ira.
- D) Desejo de vingança.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa em que a ideia expressa entre colchetes **não** está presente no respectivo trecho.

- A) "Uma sociedade que cala diante de tamanha violência é negligente e covarde." [DESATENÇÃO]
- B) "A fama do convívio liberal do homem brasileiro com as mulheres é indevida." [NOTORIEDADE]
- C) "[...] o estuprador em liberdade não goza da mesma benevolência." [ASSASSINATO]
- D) "A vítima típica é a criança indefesa, insegura emocionalmente, que chega a ser ameaçada de morte caso denuncie o algoz." [DESUMANIDADE]

QUESTÃO 7

A principal característica de gêneros textuais como este é:

- A) informar o leitor sobre um determinado acontecimento ou situação.
- B) expor a opinião do autor acerca do tema.
- C) apresentar, de forma resumida, um determinado tema
- D) retratar, explicando, um determinado fenômeno social.

QUESTÃO 8

Releia o trecho a seguir.

"Embora esse tipo de crime aconteça em todas as classes sociais, é na periferia das cidades que adquire caráter epidêmico [...]"

Assinale a alternativa em que a substituição da palavra destacada nesse trecho altera seu sentido original.

- A) Contanto que esse tipo de crime aconteça em todas as classes sociais, é na periferia das cidades que adquire caráter epidêmico.
- B) Ainda que esse tipo de crime aconteça em todas as classes sociais, é na periferia das cidades que adquire caráter epidêmico.
- C) Posto que esse tipo de crime aconteça em todas as classes sociais, é na periferia das cidades que adquire caráter epidêmico.
- Conquanto esse tipo de crime aconteça em todas as classes sociais, é na periferia das cidades que adquire caráter epidêmico.

QUESTÃO 9

São recursos argumentativos utilizados no texto I, **EXCETO**:

- A) Argumento de autoridade.
- B) Dados estatísticos.
- C) Argumentação consistente.
- D) Ironia.

QUESTÃO 10

Releia o trecho a seguir.

"Se você, **leitora**, imagina que as vítimas são atacadas na calada da noite em becos escuros e ruas desertas, está equivocada."

A palavra destacada é um:

- A) sujeito, por isso faz parte dos termos integrantes da oração.
- B) aposto, por isso faz parte dos termos integrantes da oração.
- C) vocativo, por isso faz parte dos termos acessórios da oração.
- Sujeito, por isso faz parte dos termos acessórios da oração.

SUAS

QUESTÃO 11

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, apontou como principal deliberação a implantação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incorporando as demandas presentes na sociedade brasileira e definindo diretrizes para a efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A Norma Operacional Básica (NOB SUAS de 2012) disciplina a gestão pública da política de assistência social no território brasileiro e expressa os oito anos de implantação do SUAS no país.

Entre suas diretrizes, está o detalhamento da responsabilidade dos entes (União, estados, Distrito Federal e municípios) em relação à política de assistência social, sendo uma responsabilidade comum a todos os entes:

- A) responder pela concessão e manutenção do benefício de prestação continuada (BPC).
- B) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- efetuar o pagamento do auxílio natalidade e auxílio-funeral.
- D) elaborar o pacto de aprimoramento do SUAS.

QUESTÃO 12

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social foi aprovada e tornada pública pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, determinando princípios, diretrizes, objetivos, usuários e proteções afiançadas para o atendimento da Política Pública de Assistência Social no país. A gestão proposta por essa política pauta-se no pacto federativo em que se detalham as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, bem como as formas de operacionalização da Política de Assistência Social.

Um dos princípios fundamentais apontados pela Política Nacional de Assistência Social é:

- A) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- B) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis.
- C) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais.
- D) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e / ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

QUESTÃO 13

A Resolução Nº 109, de 2009, aprova a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais organizados por níveis de complexidade do atendimento do SUAS. O enfoque na proteção social configura um sistema que reorganiza as ações em proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social espacial de alta complexidade. A proteção social especial organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado e contribui para a construção / fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, para o fortalecimento de potencialidades e aquisições e para a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos: violência física, psicológica e negligência; abandono: violência sexual: situação de rua: trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar.

Entre os serviços destinados à proteção especial, o atendimento de alta complexidade é feito pelo:

- A) serviço especializado de atenção às pessoas em situação de rua.
- B) serviço de apoio ao processo de habilitação e reabilitação.
- C) serviço de proteção social aos(às) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e / ou de prestação de serviços à comunidade (PSC).
- serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

QUESTÃO 14

As equipes para atuação no CRAS, CREAS e serviços socioassistenciais de alta complexidade foram definidas na NOB-RH/SUAS no item IV — Equipes de Referência. Em relação à gestão do trabalho como uma das bases de organização do SUAS, Muniz (2011) considera que "essa política deve pautar-se por reconhecer a natureza e especificidade do trabalhador, mas também o conteúdo intersetorial e interdisciplinar de sua atuação. Nesse sentido, a composição das equipes de referência incluiu diferentes formações profissionais". (Muniz, 2011. p. 88.).

Em relação às equipes de referência no SUAS, é incorreto afirmar:

- A) São constituídas por servidores efetivos, responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial.
- B) São formadas levando em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados e os tipos de atendimento e de aquisições que devem ser garantidos aos usuários.
- C) As particularidades de cada profissão nas equipes se diferenciam pelo uso de determinados instrumentais, como entrevistas, reunião, visita domiciliar e relatórios.
- D) Reúnem profissionais de várias áreas, com conhecimentos e habilidades que se complementam e são multiprofissionais.

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) é um serviço da proteção social básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009). É ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, possui caráter preventivo e proativo e deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Em relação ao atendimento do SCVF, tem-se que:

- I. Diz respeito à efetivação do direito à convivência e proteção familiar, objetivando o enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes.
- II. Promove acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos.
- III. Contribui para a inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho, assim como no sistema de saúde básica e complementar, para jovens de 6 a 15 anos de idade.
- IV. No atendimento às pessoas idosas, objetiva detectar suas necessidades e motivações, bem como desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida.

Diante da caracterização do serviço, é **correto** afirmar que:

- A) apenas os itens I e II não dizem respeito ao SCVF.
- B) apenas o item IV se relaciona ao atendimento do SCVF.
- C) apenas o item III condiz com os objetivos do SCFV.
- D) apenas os itens II e IV dizem respeito sobre o SCFV.

QUESTÃO 16

A lei Nº 13.019/2014 define o marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) e apresenta um novo regime jurídico de parcerias a serem celebradas pelo poder público e pelas Organizações da Sociedade Civil, substituindo os antigos convênios. organizações fazem parte da rede privada de assistência social e realizam ações de filantropia, assistência social, proteção à natureza e diversos trabalhos com o intuito de alcançar objetivos sociais e públicos, como atendimento à saúde, educação comunitária, campanhas educacionais, qualificação profissional, eventos culturais e muitas outras atividades que melhorem a qualidade de vida da população. O MROSC é um regime jurídico que estabelece princípios e diretrizes para a celebração de parcerias entre essas organizações e o poder público por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação.

Em relação a esses instrumentos jurídicos de parceria, é correto afirmar:

- A) O Termo de Colaboração e o Acordo de Cooperação não preveem transferência de recursos financeiros.
- Para a seleção das entidades ou organizações de assistência social na celebração de parcerias, o órgão gestor da assistência social não precisa mais utilizar o chamamento púbico como regra.
- C) No Termo de Colaboração, as diretrizes da parceria são previamente dadas pelo governo, com parâmetros de indicadores e avaliação já consolidados.
- Em nenhum dos instrumentos de parceria, há autonomia para que as organizações da sociedade civil possam sugerir projetos de atuação.

QUESTÃO 17

A Rede Privada de Assistência Social é composta pelo terceiro setor, representado por associações e fundações que geram bens e serviços públicos, mas sem fins lucrativos, e que complementam as ações das políticas públicas do Estado. É uma junção de setor público com o setor privado, ou seja, dinheiro privado para fins públicos. Segundo o CENSO SUAS (2010), existem 9.398 instituições privadas que atuam no desenvolvimento da área de assistência social no país. De acordo com a NOB SUAS (2012), a rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública e da sociedade, ofertado pelo SUAS. A rede é uma interligação de unidades públicas (governamentais) e privadas (não governamentais) prestadoras de serviços socioassistenciais, que são ofertados aos que necessitam da política de assistência social.

Entre as entidades que ofertam esses serviços, estão aquelas que atuam com o assessoramento e com ações de defesa e garantia de direitos e que são caracterizadas por:

- A) promoverem apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidades públicas.
- B) favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio da identificação de potencialidades do território, realizando ações de inclusão produtiva em âmbito local, e da articulação com o sistema público do trabalho, emprego e renda.
- C) fortalecerem a função protetiva da família por meio da prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários.
- D) realizarem atividades em grupo com intuito de ampliar trocas culturais e de vivência, desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identidade e socialização e convivência comunitária.

A atenção na proteção social especial tem como objetivo principal contribuir com a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para o enfrentamento de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e / ou sociais (MDS, p. 211). O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é local público de abrangência municipal ou regional que tem como papel ser a referência, nos territórios, para a oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

Portanto, em relação ao CREAS, tem-se que:

- Dada a especificidade das situações vivenciadas, os serviços ofertados pelo CREAS não podem sofrer interrupções, seja por questões relativas à alternância da gestão ou por qualquer outro motivo.
- II. Podem ser atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e / ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.
- III. Tem por objetivo desenvolver potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e ampliação do acesso aos direitos de cidadania.
- IV. As principais ações / atividades que constituem o trabalho social essencial ao serviço são: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e / ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência.

Diante das afirmações sobre o CREAS, pode-se afirmar que:

- A) todos os itens estão corretos.
- B) os itens I e II são afirmações corretas sobre o CREAS.
- C) apenas os itens II e III referem-se ao atendimento do CREAS.
- D) o item IV não são ações realizadas no CREAS.

QUESTÃO 19

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no seu território de abrangência. Esses serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados (MDS, 2009).

Em relação ao CRAS, tem-se que:

- I. O trabalho social com famílias do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS, e a gestão territorial, pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica, sendo, portanto, funções exclusivas do poder público, e não de entidades privadas de assistência social.
- É unidade efetivadora da referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS.
- III. A articulação da rede de proteção social básica, referenciada ao CRAS, consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território.
- IV. Realiza acompanhamento das Famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa Bolsa Família (PBF) em situação de descumprimento de condicionalidades por motivos relacionados a situações de risco pessoal e social e por violação de direitos.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.

QUESTÃO 20

Diante dos mais de 5.500 municípios brasileiros que a Política Nacional de Assistência Social deve cobrir, com alta densidade populacional do país e alto grau de desigualdade socioterritorial e heterogeneidade das cidades, a vertente territorial é essencial na organização e operacionalização da política. Há uma necessidade de conhecer a atuação da rede socioassistencial, analisando sua complexidade, abrangência, diversidade e necessidade de financiamento, bem como o número de usuários que necessitam de atendimento.

Nessa perspectiva, assinale a alternativa que descreve **corretamente** o reflexo da territorialização da Política de Assistência Social.

- A) Caracteriza grupos territoriais por meio da definição de municípios: municípios de pequeno porte 1, municípios de médio porte, municípios de grande porte e metrópoles.
- B) Institui o Sistema Único de Assistência Social, identificando as ações de proteção básica de atendimento que devem ser prestadas, considerando a realidade local, regional, capacidade gerencial, arrecadação do município, sem a caracterização do porte de cada cidade.
- Não introduz o georreferenciamento como ferramenta de gestão da Política de Assistência Social.
- D) Constrói indicadores a partir da realidade territorial de cada município para subsidiar as comparações e definição de prioridades da Política Nacional de Assistência Social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 21

De acordo com o texto "Políticas sociais e território", de Torres e Marques, "o desenho e as estratégias de implementação das políticas sociais metropolitanas têm que levar em conta os territórios concretos onde residem as populações a que estas políticas se destinam. O principal argumento a favor da adoção de estratégias territoriais para as políticas sociais tem a ver com a existência de fortes "externalidades negativas" relacionadas à residência em bairros com alta concentração de pobres. [...] Embora essa superposição das carências não seja completa, como considerado pela literatura sociológica urbana dos anos 1970, determinadas áreas das regiões metropolitanas brasileiras estão - de fato muito expostas a uma intensa cumulatividade de riscos e situações negativas, visíveis quando analisamos em mais detalhe algumas das chamadas hiperperiferias".

De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A) considerando a acumulação de carências presentes em certas áreas, apenas o seu enfrentamento de forma fragmentada poderá garantir ganhos reais e duradouros em termos sociais.
- B) a combinação de critérios territoriais com o cadastro socioeconômico de beneficiários não é uma estratégia adequada quando se atua em locais com alto grau de segregação residencial.
- C) as políticas de transferência de renda adotadas são capazes de combater a segregação residencial das famílias mais pobres.
- D) estratégias mistas são a concentração das ações de cadastramento em áreas específicas do território, identificadas como tendo altas concentrações de pobres e de famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando a prioridade nessas áreas.

QUESTÃO 22

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (1993), a revisão do Código de Ética partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por essa socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Essa concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação.

É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do serviço social – e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético políticas do agir profissional.

São princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social de 1993, **EXCETO**:

- A) Defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- Empenho na eliminação de algumas formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade.
- D) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

QUESTÃO 23

Nas afirmações de Aquino e Maciel (2013), no texto *Direitos Humanos e Cidadania*: "Na contemporaneidade, o serviço social depara-se com uma nova perspectiva no que diz respeito à sua feição acadêmico-profissional e também social. Nesse contexto, ele se volta, especificamente, para o trabalho e para os trabalhadores, sobretudo para os aspectos associados à conquista de direitos mais amplos – por exemplo, o acesso à terra, a fim de que esta possa promover maior equidade social no meio rural. Além disso, a conquista plena da democracia deve perpassar a liberdade e a justiça social, como previsto pelo arcabouço jurídico-legal, consolidando, com isso, a cidadania e os direitos humanos previstos no Código de Ética do assistente social e expressos no seu projeto ético político".

Nessa perspectiva, é **correto** afirmar sobre o projeto ético político do serviço social e a luta pelos direitos humanos:

- A) Com a ofensiva neoliberal, os desafios se voltam para a intensificação dos Direitos Humanos e da cidadania e, ainda, para a consolidação de um projeto de luta pela democracia plena.
- B) O assistente social, ainda que inserido na divisão sociotécnica do trabalho mediante a compra e venda de sua força de trabalho, não deve compartilhar e fortalecer suas ações em conjunto com a classe trabalhadora na luta pelos direitos.
- C) Diante das contradições criadas pelo sistema capitalista, não há como criar estratégias para enfrentar as desigualdades socioculturais e econômicas geradas no centro desse sistema.
- O Código de Ética do Serviço Social de 1993 não é o primeiro Código a explicitar o compromisso ético político com os Direitos Humanos.

De acordo com as recomendações do CFESS (2010), na publicação Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde, "compreende-se que cabe ao serviço social - numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho do assistente social que queira ter como norte o projeto ético político profissional tem de, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária". Nessa perspectiva, entende-se que o trabalho dos assistentes sociais na saúde pode ser realizado em várias dimensões: na prestação de serviços diretos à população, no planejamento, na assessoria, na gestão e na mobilização e participação social.

Pode-se dizer que uma atuação competente e crítica do serviço social na área da saúde consiste em:

- estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS.
- facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais.
- III. estimular a intersetorialidade, tendo em vista realizar ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços e do atendimento às necessidades sociais.
- IV. elaborar e participar de projetos de educação permanente, buscar assessoria técnica e sistematizar o trabalho desenvolvido, bem como realizar investigações sobre temáticas relacionadas à saúde.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) IV, apenas.

QUESTÃO 25

As atribuições e competências da categoria profissional dos assistentes sociais nos diversos espaços sócioocupacionais são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no atual Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662/93), que devem ser observados e respeitados tanto por profissionais quanto pelas instituições empregadoras. O Artigo 5º da lei de regulamentação da profissão determina as atribuições privativas do assistente social. Assinale a alternativa que **não** indica uma atribuição privativa do assistente social.

- A) Assumir, no magistério de serviço social, tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.
- Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de serviço social.
- Dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas.
- D) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (1993) – LOAS, o benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família; os benefícios eventuais são aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo; os serviços são atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas e para os programas de assistência social, compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos.

Em relação à operacionalização dos benefícios, dos serviços e dos programas de assistência social, é **correto** afirmar:

- A) A concessão e o valor dos benefícios eventuais de que trata a lei serão regulamentados pela prefeitura municipal.
- B) Para a concessão do benefício de prestação continuada na política de assistência social, não há necessidade de exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- C) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada dez anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- D) Os programas de assistência social serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, com prioridade para a inserção profissional e social.

As ideias de Marcela Mary Silva (2012), no livro *O projeto ético político do serviço social e o trabalho profissional,* trazem uma reflexão sobre como os assistentes sociais percebem a materialização do projeto ético político da profissão no seu cotidiano de trabalho. Discute como a história desse projeto foi se consolidando até chegar à conformidade atual, o que resultou no Código de Ética Profissional de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662/93).

Em relação ao processo histórico de construção do projeto ético político do serviço social, a autora apresenta:

- I. O Movimento de Reconceituação marcou a adoção de um outro processo societário, o que acarretou numa revisão do fazer profissional e da sua formação, bem como a compreensão sobre a profissão e de sua projeção social.
- II. A formação e a identidade profissional nas décadas de 1950 e 1960 foi talhada por dois Códigos de Ética: 1947 e 1965, ambos profundamente marcados com orientações religiosas e positivistas. O fazer profissional é focado no ajustamento do indivíduo, culpabilizando-o por sua inadaptabilidade ao conjunto da sociedade.
- III. No Período Militar, houve um esforço no interior da formação e da prática profissional para superar o conservadorismo, que se vinculava a uma intencionalidade do capital com forte ligação à igreja católica. O pensamento marxista é o caminho contrário a essa ordem para construir um novo horizonte para a categoria.
- IV. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, Congresso da Virada, foi um marco no processo de politização e mobilização da categoria profissional, estudantes e entidades sindicais. Implicou em rever a formação dos profissionais, a regulamentação da profissão e as bases filosóficas do Código de Ética, a partir da construção de um projeto ético político para os indivíduos de forma tecnicista e neutra nos espaços sociocupacionais.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.

QUESTÃO 28

O texto "Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo", de Arretche (1999), analisa a trajetória das políticas sociais brasileiras, seus avanços e níveis de descentralização até o fim dos anos 90 no Brasil. Segundo a autora, "o Sistema Brasileiro de Proteção Social vem modificando radicalmente seu formato institucional nestes anos 90. Mas, esta reforma está longe de ser homogênea para as diversas políticas e para o território nacional. Há grande variação no que diz respeito à extensão do processo de descentralização entre as diversas políticas sociais e entre os distintos estados brasileiros" (ARRETCHE, 1999).

Em relação à descentralização das políticas sociais da União para os estados e municípios, a autora conclui que:

- I. em um processo de reforma do Estado no qual se reconfigura o desenho institucional de um modelo nacional de prestação de serviços sociais, sob um estado federativo com marcadas diferenças regionais e dotado de uma esmagadora maioria de municípios fracos, a capacidade fiscal e administrativa das administrações locais influi no processo de reforma e descentralização.
- II. quanto mais elevados forem os custos implicados na gestão de uma dada política e mais reduzidos os benefícios dela derivados, menor será a propensão dos governos locais a assumirem competências na área social. Simetricamente, quanto mais reduzidos os custos e mais elevados os benefícios implicados na descentralização da gestão, maior será a propensão dos governos locais a aderirem a um processo de (re)definição de atribuições.
- III. a grande maioria dos municípios brasileiros caracteriza-se por baixa capacidade econômica, expressiva dependência das transferências fiscais e fraca tradição administrativa. Nessas condições, programas de descentralização desenhados de forma a minimizar os custos financeiros e administrativos de gestão passam a ter um peso decisivo na decisão das administrações locais.

Está(ão) correta(s) a(s) conclusão(ões):

- A) I e II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.

QUESTÃO 29

O Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993) reserva um capítulo para tratar da relação dos profissionais com os usuários e um capítulo para as definições da atuação em relação ao sigilo profissional.

Diante dessas determinações, é incorreto afirmar:

- A) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- E vedado ao assistente social exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- C) Constitui um dever do assistente social manter o sigilo profissional.
- D) É dever do assistente social esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

O assistente social atua em diferentes espaços sócioocupacionais, considerando as diversas políticas sociais. Por meio de eventos regionais, seminários nacionais, composição de grupos de trabalho, a categoria formulou parâmetros e subsídios para a atuação profissional nas diversas políticas sociais. Em relação à política de assistência social, há um reconhecimento histórico do papel do profissional do serviço social nessa política social, em que foi importante o estabelecimento de parâmetros que apresentam as competências gerais e específicas para a ação dos assistentes sociais.

Entre as competências específicas do profissional está:

- uma dimensão que engloba abordagens individuais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos.
- II. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular.
- III. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos usuários e trabalhadores.
- IV. uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos diversos atores e sujeitos da política.

Estão corretas as competências:

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.

QUESTÃO 31

A publicação Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação (CFESS, 2011) apresenta à categoria profissional elementos de uma educação coerente com o projeto ético político profissional, que, por sua vez, reconheça as particularidades da atuação do assistente social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do serviço social na educação.

Entre os desafios colocados aos assistentes sociais para atuação no âmbito da política de educação, destaca-se:

- I. Problematizar junto aos assistentes sociais que atuam na área da educação acerca das particularidades da educação popular, na perspectiva do aprofundamento teórico político e da sistematização das experiências.
- Aprofundar as discussões sobre o significado político, teórico e ideológico das propostas de educação inclusiva.

- III. Fomentar a discussão acerca da educação voltada para povos e comunidades indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais.
- IV. Ampliar a participação da categoria de assistentes sociais nos fóruns de controle social da política de educação, como os conselhos de educação, as conferências municipais, estaduais e federal de educação.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.

QUESTÃO 32

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no SUAS, a assistência social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários. Os princípios éticos das respectivas profissões deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de servico socioassistencial.

Entre os princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social, assinale a alternativa que **não** faz parte desse rol de princípios, segundo o documento citado.

- A) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
- Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social.
- C) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses.
- Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.

Na política pública de assistência social, os profissionais do serviço social devem participar ativamente da mobilização dos usuários para a participação no controle social do SUAS, bem como participarem ativamente por meio da inserção direta em conselhos de assistência social, ou fóruns de discussão, e ainda fortalecendo as diretrizes das instituições da categoria em relação a fiscalização e ações propositivas para implementação da política pública. Nesse sentido, a Norma Operacional Básica do SUAS dedica um item ao controle social do Sistema Único de Assistência Social.

Em relação às instâncias de deliberação do SUAS, é **incorreto** afirmar:

- A) As Conferências de assistência social deliberam as diretrizes para o aperfeiçoamento da política de assistência social.
- B) A valorização da participação dos trabalhadores do SUAS e das entidades de assistência social é uma estratégia para o fortalecimento dos conselhos e das conferências.
- C) Os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas, com participação majoritária de representantes do poder público, vinculadas ao órgão gestor de assistência social da União, estados, Distrito Federal e dos municípios.
- D) Podem ser realizadas etapas preparatórias para as conferências de assistência social, mediante convocação de pré-conferências, reuniões ampliadas do conselho ou audiências públicas.

QUESTÃO 34

De acordo com a publicação Atuação de assistentes sociais na política urbana: subsídios para reflexão do CFESS (2016), "a denominada questão urbana e o direito à cidade ocupam lugar de destaque entre as deliberações dos Encontros Nacionais, que, por mais de uma década, têm dedicado atenção a esta problemática, por identificar os valores táticos e estratégicos que a mesma possui para as lutas da classe trabalhadora e, igualmente, por compreender que a temática envolve um conjunto importante de espaços de atuação profissional". O trabalho do assistente social nessa política engloba ações de caráter organizativo e mobilização popular, ações de assessoria, supervisão e formação e ações de planejamento, gestão e coordenação.

Nesse sentido, é **correto** afirmar que a atuação do assistente social na política urbana:

- A) contribui para que todas as informações sobre projetos e obras de urbanização não sejam conhecidas pela população envolvida com antecedência para não gerar conflitos comunitários e desgastes dos gestores da política urbana.
- B) mobiliza e incentiva os grupos sociais usuários da política urbana a participarem de reuniões com intuito de aceitação dos projetos e dos serviços que lhes são prestados pelo poder público.

- C) desenvolve, junto com a equipe de profissionais, um trabalho na perspectiva de defesa da atuação profissional como único agente capaz de fortalecer a integração da população – na política urbana não há interdisciplinaridade.
- D) assumi posicionamento em favor da equidade e justiça social, na perspectiva da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas urbanos, bem como à sua gestão democrática.

QUESTÃO 35

A publicação do IPEA sobre *Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: contribuições para o debate*, de Medeiros, Britto e Soares (2007), traz uma reflexão crítica sobre os programas de transferência de renda apontando os avanços, os desafios e os impactos desse formato de programas de benefícios.

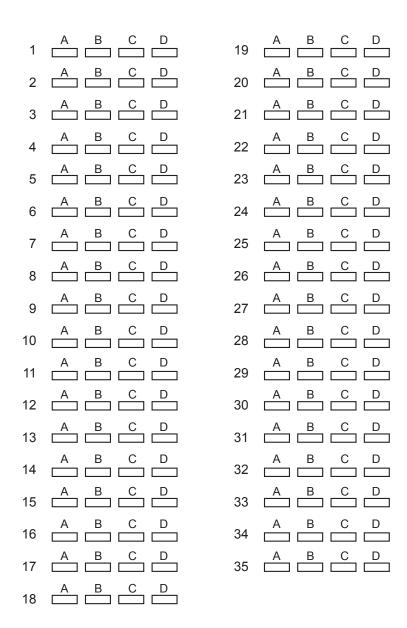
Sobre os Programas BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Bolsa Família, pode-se afirmar que:

- I. as políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro. Os dois principais programas dessa natureza, o BPC e o Bolsa Família, têm se expandido consideravelmente nos últimos anos e gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país.
- II. as transferências de renda não se configuram como uma solução temporária. Se o Brasil pretende levar a sério a ideia de erradicar a pobreza, elas provavelmente terão que ser mantidas por muitos anos.
- III. os programas possuem mecanismos administrativos próprios de identificação e seleção de beneficiários. Os custos desses processos não são obstáculos para a manutenção dos programas.
- IV. o BPC foi desenhado como um programa de suplementação de renda, pressupondo que os beneficiários podem ter outras fontes de renda além das transferências. O Bolsa Família considera que seus beneficiários não têm condições de obter outras rendas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões) das autoras:

- A) I, II e III, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) II, apenas.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)



AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA. **AGUARDE AUTORIZAÇÃO** ATENÇÃO: